



PCI  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A SALVAGUARDA DO  
Património Cultural Imaterial

# ENCONTRO NACIONAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

25 E 26 NOV 2022

LISBOA

GARE MARÍTIMA  
DE ALCÂNTARA

PRESENCIAL E ON-LINE (VIA ZOOM)

Apoio:



**LISBOA**  
CÂMARA MUNICIPAL



Porto de Lisboa



Turismo  
de  
Lisboa

## **PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL**

Portugal possui um rico e diversificado Património Cultural Imaterial (PCI) que urge conhecer melhor, salvaguardar e valorizar. Muitas são assim as expressões culturais imateriais que importa «descobrir» e estimar – tanto mais quanto algumas delas se encontram em sério risco de sobrevivência ou foram mesmo já consideradas extintas.

### **1.º ENCONTRO NACIONAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL**

Neste contexto, decidiu a Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial realizar o 1.º Encontro Nacional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, uma iniciativa que surge também na continuidade de várias outras, nomeadamente do seu ciclo «O Património Cultural Imaterial em Portugal» e das suas «Jornadas Regionais» que envolveram o Médio Tejo, a Região Norte, o Alentejo, a Beira Interior e a Região do Algarve.

### **OBJETIVOS**

Contribuir para a salvaguarda, promoção e uma mais ampla perceção da realidade atual do Património Cultural Imaterial (Continente e Ilhas).

### **DESTINATÁRIOS**

Todos quantos se interessam pelo PCI, designadamente comunidades, grupos e indivíduos, sem esquecer instituições, investigadores, docentes, técnicos autárquicos, membros de confrarias e de associações de defesa do património cultural, etc., que queiram, não só compreender mais objetivamente o conceito, mas também agir de acordo com a legislação portuguesa e a própria Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, aprovada em 2003.

## **ORGANIZAÇÃO**

Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

## **APOIO**

Câmara Municipal de Lisboa, Administração do Porto de Lisboa e Turismo de Lisboa

## **COLABORAÇÃO**

Associação Portuguesa de Antropologia – APA, «Associação Grupo de Caretos de Podence», Administração do Porto de Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Câmara Municipal de Montalegre, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, CEL – Centro de Estudos em Letras, CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – FLUL, CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Ecomuseu do Barroso, Editora *Tradisom*, Edições Colibri, Instituto Politécnico de Beja, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa, Junta de Freguesia de Lavacolhos – Fundão, Museu do Fado, Universidade dos Açores – CHAM, Sistemas de Futuro, Sociedade Nacional de Belas Artes, Turismo de Lisboa, Universidade de Évora, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Universidade do Minho

## **ATRIBUIÇÃO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO**

## **EXPOSIÇÃO DE LIVROS...**

No local, estará patente uma exposição de livros e de materiais fonográficos, fílmicos e videográficos de cariz patrimonial imaterial para consulta e ou aquisição com especiais descontos

## **INSCRIÇÃO**

Não sócios: 10 euros | Sócios: grátis

A inscrição (obrigatória) também poderá ser feita no próprio dia, na Gare Marítima de Alcântara

## **FICHA DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL ONLINE**

[forms.gle/evvmshtE5YVRiXjp6](https://forms.gle/evvmshtE5YVRiXjp6)

## **INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES**

secretariado.pci@gmail.com – Tel. 933 516 394 / 966 179 304  
alexandra.anibal@cm-lisboa.pt /elisabete.s.barbara@cm-lisboa.pt

# DIA 25

## MANHÃ

**9H**

**RECEÇÃO AOS PARTICIPANTES**

**9.30H**

**BOAS-VINDAS**

Com a presença dos **BOMBOS DE LAVACOLHOS** (Fundão) que desde Fevereiro integram o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*

**10H**

**SESSÃO DE ABERTURA**

Intervenções do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, **DIOGO MOURA** Gestor cultural da Fundação INATEL, Presidente da AMEC e da PORPAV - Associação da Calçada Portuguesa, Vice-Presidente da Artemrede e Copresidente do Comité de Cultura da União de Cidades e Governos Locais e do Presidente da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, **LUÍS MARQUES** Antropólogo, Diretor do Curso de Pós-graduação em PCI – ULHT, autor do livro *Património Cultural Imaterial – O Olhar Antropológico*

## PAINEL I

**MODERADOR**

**ANA CRISTINA MARTINS**

Doutorada em História da Arte, Pós-doutorada em História da Arqueologia, Investigadora integrada e Docente do IHC-Polo da Univ. de Évora, Investigadora colaboradora da UNIARQ-UL, Cofundadora da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

**10.30H**

**«NEOLIBERALIZAÇÃO DO PCI E O PAPEL DOS MUSEUS LOCAIS – O EXEMPLO DA REDE MUSEOLÓGICA DE RÓDÃO»**

**PEDRO FONSECA**

Antropólogo, Pós-graduado em Património Cultural Imaterial – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Investigador na AEAT – Associação de Estudos do Alto Tejo

**11H**

**CONVENÇÃO DA UNESCO: PARTICIPAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL»**

**CLARA CABRAL**

Antropóloga, Mestre em Ciências Antropológicas e Doutoranda em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, Téc.<sup>a</sup> Sup. para a Cultura na *Comissão Nacional da UNESCO* onde acompanha as Convenções do «Património Mundial», do «Património Cultural Imaterial» e da «Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais». É autora do livro *Património Cultural Imaterial. Convenção da UNESCO e seus Contextos*

**11.30H**

**«CARETOS, DRUIDAS E PATRIMÓNIOS: IMATERIALIDADES, “TURISTIFICAÇÃO” E INCERTEZAS»**

**CLARA SARAIVA**

Antropóloga, Investigadora do Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, Presidente Associação Portuguesa de Antropologia-APA, Membro da Direção World Council of Anthropological Associations-WCAA

**12H**

**INTERVALO**

**12.15H**

**DEBATE**

**12.45H**  
**ALMOÇO**

**TARDE**

## **PAINEL II**

**MODERADOR**

**MARIA EUGÉNIA CORREIA**

Pós-Graduada em Património Cultural Imaterial – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Membro da Direção da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI

**14H**

**«NOTAS PARA A INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PCI NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES»**

**DUARTE CHAVES**

Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora, Coordenador do grupo de investigação das Artes, História e Património do CHAM – Centro de Humanidades, Universidade dos Açores

**14.30H**

**«OS 36 ANOS DO “CONGRESSO DE MEDICINA POPULAR DE VILAR DE PERDIZES” E O CONTRIBUTO INESTIMÁVEL DO PADRE ANTÓNIO LOURENÇO FONTES PARA A SALVAGUARDA DO PCI PORTUGUÊS»**

**PEDRO ARAÚJO**

Licenciado em História, Pós-graduado em Recursos Patrimoniais e Mestre em Museologia, Coordenador científico do projeto de investigação promovido pelo Ecomuseu de Barroso, centrado no acervo documental e bibliográfico do Padre Fontes

**15H**

**«CELEBRAÇÕES DO 24 DE JUNHO NA DIÁSPORA MACAENSE EM PORTUGAL: UM RETRATO PATRIMONIAL»**

**MARIANA PEREIRA**

Mestre em Património Arqueológico e Museus - Universidade de Cambridge, e em Estudos de Património Mundial - BTU Cottbus-Senftenberg, Alemanha, Doutoranda no *Cambridge Heritage Research Centre*, Universidade de Cambridge, Reino Unido, onde investiga como comunidades em diáspora constroem e negociam a sua identidade através de património cultural em contextos pós-coloniais

**15.30H**  
**INTERVALO**

**15.45H**  
**DEBATE**

## **PAINEL III**

**MODERADOR**

**ELISABETE SANTA BÁRBARA**

Licenciada em Sociologia pelo ISCTE – IUL, Pós-graduada em Património Cultural Imaterial – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Coordenadora do «Programa Vidas e Memórias de Bairro» – BLX na Câmara Municipal de Lisboa

**16.15H**

**«A PRÁTICA SINEIRA EM PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA A SALVAGUARDA DE UM PATRIMÓNIO IMATERIAL EM RISCO»**

**RODRIGO DE PAULA**

Doutor em Ciências Musicais – Musicologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa, Investigador do projeto «Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora» – PASEV, CESEM-Universidade de Évora

# DIA 26

**16.45H**

**«RUA, ALTAR E FLORES  
– O CULTO À SENHORA DA SAÚDE  
NO SUBIDOURO»**

PEDRO PEREIRA

Doutorado em Antropologia, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Investigador Integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia

**17:15H**

**«O FRACASSO DO PLANO  
DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO  
DO APROVEITAMENTO  
HIDRÁULICO DO BAIXO SABOR  
NA SALVAGUARDA DO PCI:  
ALGUMAS BREVES  
CONSIDERAÇÕES»**

LOIS LADRA

Licenciado em Antropologia Social e Cultural e em Geografia e História – variante Pré- -história e Etnologia, Responsável pelo Projeto CORGORAL de recolhas e estudo do Património Cultural Imaterial no Município do Corgo

**17.45H**

**INTERVALO**

**18H**

**DEBATE**

**18.30H**

Intervenção do GRUPO DE CANTE ALENTEJANO «PLANÍCIE CANTADA»

**18.45H**

**ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

## MANHÃ

### PAINEL IV

#### **MODERADOR**

RUI MARQUES

Etnomusicólogo, Investigador integrado do INET-md, Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança, no âmbito do projeto «EcoMusic – Práticas Sustentáveis: um Estudo sobre o Pós-folclorismo em Portugal no séc. XXI», Universidade Aveiro

**10H**

**«SARDINHAS ASSADAS  
COM BATATAS FRITAS E FAVAS  
GUISADAS COM SALADA  
DE TOMATE: A TRADIÇÃO  
DETURPADA»**

ANA PIEDADE

Doutorada em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa, Professora Coordenadora no Instituto Politécnico de Beja, Coordenadora do grupo de trabalho relativo à Dieta Mediterrânica e Património, conta com várias publicações no âmbito da antropologia da alimentação

**10.30H**

**«A IMPORTÂNCIA DA RECOLHA  
DE TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL.  
O EXEMPLO DO CONCELHO  
ALENTEJANO DE REGUENGOS  
DE MONSARAZ»**

LINA MENDONÇA

Doutorada em Literatura Oral Tradicional – Faculdade de Letras Universidade de Lisboa – FLUL, Investigadora integrada do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – FLUL

**11H**

**«AS BOAS PRÁTICAS  
NA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO  
CULTURAL IMATERIAL  
(GALIZA-NORTE DE PORTUGAL).  
DUAS REGIÕES IRMÃS CONFIANTES  
NA CLASSIFICAÇÃO DA UNESCO»**

ALEXANDRE PARAFITA

Doutor em Cultura Portuguesa, docente do Ensino Superior, Membro da equipa de investigação incumbida de realizar o «Arquivo e Catálogo do Corpus Lendário Português». Autor de mais de meia centena de obras, uma parte das quais integra o Plano Nacional de Leitura

**11.30H**

**«A IMPORTÂNCIA DAS TUNAS  
NA MÚSICA DE TRADIÇÃO ORAL»**

JOSÉ ALBERTO SARDINHA

Investigador da Música Tradicional, autor de, entre outras obras, *Portugal – Raízes Musicais*, *A Origem do Fado e Tunas do Marão*

**12H**

**Intervenção da TUNA DE ANSIÃES  
(SERRA DO MARÃO)**

**12.15H**

**DEBATE**

**12.45H**

**ALMOÇO**

**TARDE**

**PAINEL V**

**MODERADOR**

ALEXANDRA ANÍBAL

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, Pós-graduada em Património Cultural Imaterial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Coordenadora do «Núcleo

de Memória e Património Imaterial» na Câmara Municipal de Lisboa

**14H**

**«CALÇADA PORTUGUESA  
PATRIMÓNIO CULTURAL  
IMATERIAL»**

MARINA PIGNATELLI

Doutorada em Ciências Sociais na especialidade de Antropologia, Professora associada do ISCSP-Universidade de Lisboa e Investigadora integrada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia

ANTÓNIO MIRANDA

Licenciado em História pela Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Historiador na Câmara Municipal de Lisboa

**14.30H**

**«INVENTÁRIO NACIONAL DO PCI.  
SERÁ A CULTURA SOLÚVEL  
NA BUROCRACIA?»**

JEAN-YVES DURAND

Doutor em Antropologia, Universidade Minho, Centro em Rede de Investigação em Antropologia

**15H**

**«"FAZ-SE CAMINHO AO ANDAR"  
– O PATRIMÓNIO CULTURAL  
IMATERIAL DO ARQUIPÉLAGO  
DA MADEIRA»**

ÉLIA DE SOUSA

Antropóloga, Pós-graduada em PCI – ULHT, Técnica Superior da Direção Regional da Cultura da Madeira

**15.30H**

**DEBATE**

## PAINEL VI

### **MODERADOR**

**PATRÍCIA MARTINS**

Licenciada em Turismo, Pós-Graduada em Património Cultural Imaterial, Membro dos Corpos Sociais da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI

### **16H**

#### **«A TRADIÇÃO DOS “CARETOS”, UMA EXPRESSÃO CULTURAL IMATERIAL VIVA, RECONHECIDA PELA UNESCO COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE»**

**LUÍS FILIPE COSTA**

Mestre em Arte e Património – Universidade Coimbra, autor do livro *Caretos de Podence: História, Património e Turismo*

**ANTÓNIO CARNEIRO**

Presidente e fundador da Associação Grupo de Caretos de Podence

### **16.30H**

**Presença dos CARETOS DE PODOENCE**

### **16.45H**

#### **«AUTENTICIDADE E MULTICULTURALIDADE NOS PAULITEIROS DE MIRANDA. A VIAGEM DO MIRANDUM»**

**ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES**

Doutorado em Linguística pela Universidade de Toulouse – Le Mirail, Leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Nice – Sophia Antipolis, Investigador do Centro de Estudos em Letras – UTAD

**ALBERTO FERNANDES**

Mestre em Gestão Artística e Cultural – ESE-IPVC, Doutorando em Estudos Culturais, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Investigador Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho

### **17.15H**

**Intervenção dos «PAULITEIROS DE MIRANDA», Grupo de São Martinho**

### **17.30H**

#### **DEBATE**

### **18H**

**Intervenção do Diretor Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, CARLOS MOURA-CARVALHO e do Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI, CARLOS CAMPOS VENTURA**

### **18.15H**

#### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

### **18.15H**

#### **VISITA GUIADA AO MUSEU DO FADO**

**Assinalando uma data marcante para o PCI em Portugal, uma vez que a 27 de novembro de 2011, o FADO foi considerado pela UNESCO, Património Cultural Imaterial da Humanidade**



# **SÍNTESE DAS COMUNICAÇÕES, NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES E DOS GRUPOS**

**BOMBOS DE LAVACOLHOS, CANTE ALENTEJANO,  
TUNA DO MARÃO, CARETOS DE PODENCE  
E PAULITEIROS DE MIRANDA**

## **BOMBOS DE LAVACOLHOS**

Este grupo musical de raiz tradicional pertencente à aldeia de Lavacolhos (Fundão), salvaguardado pela comunidade e pela junta de freguesia de Lavacolhos, atua principalmente nas festividades religioso-pagãs da aldeia e fora dela, como em eventos por todo o território nacional e internacional. Não existe uma data fidedigna sobre a sua origem, mas através de testemunhos orais, os habitantes de Lavacolhos estão convictos de que os bombos existem no seu território há mais de 200 anos. Desde 1935 a 1997, vários académicos ligados ao PCI, abordaram os Bombos de Lavacolhos nos seus estudos, tais como Jaime Lopes Dias, Armando Leça, José Alves Monteiro, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Lopes Graça, Michel Giacometti e Carlos Gravito. Os Bombos de Lavacolhos foram e são uma fonte de inspiração para várias correntes artísticas, bandas e músicos: «GAC – Vozes na luta», «Brigada Victor Jara», José Mário Branco – «FMI», Fausto Bordalo Dias – «Por este rio Acima», «Vai de Roda», Daniel Pereira... Hoje continuam a ser a voz e a imagem da aldeia de Lavacolhos. A sua tradição está fundada na comunidade. A aldeia sem o seu grupo ficaria despida de raízes e impossibilitada de respirar a sua «moda do bombo». Seria um grande pesar para todos. Não se perdia apenas um familiar, mas sim toda a ancestralidade de uma «coletiva família».

«Ó ALTO, Ó ALTO, QUANTO MAIS ACIMA MAIOR É O SALTO!»

## **«NEOLIBERALIZAÇÃO DO PCI E O PAPEL DOS MUSEUS LOCAIS – O EXEMPLO DA REDE MUSEOLÓGICA DE RÓDÃO»**

Nesta comunicação é explorada a dualidade existente nos processos de neoliberalização do Património Cultural Imaterial (PCI), tendo por base o exemplo da Rede Museológica de Vila Velha de Ródão, sendo que, por um lado assistimos a uma mercantilização e aproveitamento da memória coletiva para fins económicos e políticos, fazendo com que a história de uma comunidade seja operacionalizada, por poderes políticos e económicos, de forma a servir os propósitos da obtenção do máximo lucro possível (Scher, 2011; González, 2014). Por outro lado, este aproveitamento pode trazer benefícios no que toca à distribuição de fundos para a investigação, salvaguarda e divulgação do PCI. No que toca ao aproveitamento de fundos, o papel dos museus locais deve passar pela dinamização de atividades lúdico-didáticas, que incluam a comunidade no diálogo mnemónico dos processos históricos que deram

origem à sua realidade (Anico, 2006 e 2008; Primo, 2014 e 2016 e Rodrigues, 2017), pois, nas palavras de Judite Primo (2016:10), os museus «[têm] por função primária o desenvolvimento sustentado das comunidades locais por meio dos trabalhos com o património, tentando romper com a noção do passado como algo estanque e sem vinculação direta com o presente (...)». Sendo que, este diálogo mnemónico dos processos históricos deve ocorrer com a inclusão da comunidade na criação de conteúdos e na sua discussão, tendo em conta o contexto social da comunidade.

**Pedro Fonseca** é licenciado em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Mestrando em Antropologia pela mesma instituição. Pós-graduado em Património Cultural Imaterial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e em Arqueologia Náutica e Subaquática pelo Instituto Politécnico de Tomar. Foi técnico superior no Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Tejo (CIART). Atualmente é antropólogo na Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT).

## **CONVENÇÃO DA UNESCO: PARTICIPAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL**

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial constitui o corolário de um conjunto de princípios e reflexões em torno da relevância da participação que se iniciou nos finais dos anos 1960 e que atualmente é elemento imprescindível dos processos patrimoniais equitativos e sustentáveis. A comunicação traça o percurso das relações entre participação, património e sustentabilidade, revendo a forma como foram integrados na Convenção do Património Imaterial e como contribuem para a salvaguarda deste património partilhado que exige a colaboração de todos. Examina também as disposições nos documentos reguladores da Convenção que orientam a ação das diferentes partes interessadas em prol da salvaguarda do património cultural imaterial.

**Clara Bertrand Cabral** é antropóloga, mestre em Ciências Antropológicas e doutoranda em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento. Realizou pesquisa nas áreas da etnografia, etnotecnologia, museologia e património, bem como sobre a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e a sua aplicação em Portugal. Desde 2005 é técnica superior para a Cultura na Comissão Nacional da UNESCO onde, entre outras atividades, acompanha os assuntos relativos às Convenções da UNESCO, em especial a Convenção do Património Mundial, Convenção do Património Cultural Imaterial e Convenção

sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Docente, formadora, autora de artigos científicos e de divulgação, membro de diversos comités e conselhos científicos. Foi designada perita no Comité do Património Mundial durante o mandato de Portugal (2013-2017). É autora do livro “Património Cultural Imaterial. Convenção da UNESCO e seus Contextos” (Edições 70, Col. Arte & Comunicação, 2011).

### «CARETOS, DRUIDAS E “TURISTIFICAÇÃO”: PATRIMÓNIOS, IMATERIALIDADES E INCERTEZAS»

Portugal tornou-se um país multicultural e multi-religioso após 1974 e a posterior entrada na União Europeia. Às celebrações cíclicas, constantes do calendário religioso português, juntaram-se outras, ligadas a uma multiplicidade religiosa agora presente. As várias religiões invocam o seu património material e imaterial e defendem a sua existência no país, de modo a poderem adquirir o estatuto de religiões oficiais outorgado pela Comissão para a Igualdade Religiosa. Os portugueses consideram património manifestações como procissões e romarias em homenagem a santos; qual a sua atitude perante rituais diferentes e que mudam o aspeto das cidades e do mundo natural? Como se ligam caretos, santos populares e rituais para lemanjá? Numa Europa regida por padrões e regras específicas sobre patrimonialização, e em que se busca a classificação pela UNESCO das várias performances, analisaremos as relações e as tensões entre patrimonialização e religificação/secularização e turistificação da sociedade. Para ilustrar estas questões serão colocados em diálogo resultados do projeto europeu, HERILIGION, e do projeto EXPER (Université Cergy-Paris), que tratam da relação entre património e religião na zona de Sintra, classificada pela UNESCO em 1995 na categoria de Paisagem Cultural, e o panorama geral da crescente turistificação de festas e celebrações cíclicas em Portugal.

**Clara Saraiva** é antropóloga, Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi Professora convidada no Departamento de Antropologia da FCSH-NOVA, na Brown University (2001-02 e 2008) e University of California Berkeley (2013). A sua área principal de investigação é a Antropologia da Religião. Coordenou a equipa portuguesa do projeto europeu HERILIGION: a Patrimonialização da Religião e a Sacralização do Património na Europa Contemporânea. Coordena presentemente a equipa portuguesa do projeto de parceria com a Cergy Paris Université *Experiences of glocalized heritage: imaginaries, appropriations and use conflicts of World heritage historical and religious sites*. É presidente da Associação Portuguesa de Antropologia

(APA), membro da direção do World Council of Anthropological Associations (WCAA) e foi Vice-presidente do SIEF (International Society for Ethnology and Folklore).

### «NOTAS PARA A INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PCI NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES»

«Notas para o estudo da investigação do PCI no arquipélago dos Açores» tem como principal objetivo, efetuar um breve estado da arte da investigação e, simultaneamente, das políticas de salvaguarda das múltiplas tradições inerentes à identidade açoriana, que têm sido desenvolvidas no arquipélago nos últimos 30 anos.

«A diversidade multicultural dos primeiros povoadores aliados à religiosidade dos açorianos sugere-nos um conjunto de características únicas que são possibilitadas devido a influências medievais que advêm da época do povoamento. Esta ascendência medieval associada a um conjunto de fatores únicos deste espaço insular foi o catalisador para a atual identidade cultural do povo açoriano assente na propagação da fé cristã (...) aliados à preponderância da geografia das ilhas, não só numa perspetiva da insularidade e correspondente isolamento, mas também devido às diversas catástrofes descritas pelos cronistas, originadas por fenómenos geológicos, que ao longo dos séculos assolaram os habitantes da generalidade das ilhas, são o espelho do seu atual “ADN cultural”». (Costa, 1999).

**Duarte Nuno Chaves** é Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora. Atualmente coordena o grupo de investigação das Artes, História e Património do CHAM – Centro de Humanidades, sendo ainda subdiretor do CHAM Açores. Colabora com a Universidade dos Açores enquanto orientador e docente, lecionando disciplinas nas áreas da Inventariação Museológica e Património Cultural. Enquanto autor e coautor, é responsável pela edição e participação em diversos livros, artigos e capítulos, versando questões ligadas ao espaço insular da Macaronésia, particularmente sobre os domínios da História, Religiosidade, Tradições e Turismo. Em 2018, o seu livro *As Imagens de Vestir da Procissão dos Terceiros: Um legado franciscano em S. Miguel, Açores, séculos XVII a XXI*, tendo como base a sua tese de doutoramento, foi galardoado com o prémio «Lusitania-História de Portugal», da Academia Portuguesa da História. No âmbito das humanidades, está a realizar um conjunto de documentários onde é efetuado um levantamento das tradições gastronómicas no

arquipélago dos Açores, inserido no projeto «TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences».

### **«OS 36 ANOS DO “CONGRESSO DE MEDICINA POPULAR DE VILAR DE PERDIZES” E O CONTRIBUTO INESTIMÁVEL DO PADRE ANTÓNIO LOURENÇO FONTES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL PORTUGUÊS»**

Em território de Barroso, até há bem poucas décadas longínquo e inacessível, o sagrado e o profano imiscuem-se e confundem-se através de práticas ancestrais onde o elo entre o Homem e a Elemento Natural constitui uma força vital para o equilíbrio dos ecossistemas. Neste território de brumas, ainda muito jovem, na década de 1940, António Fontes sentava-se na soleira da porta ou num banquinho na cozinha de sua mãe, em Cambezes do Rio, a escutar estórias dos mais velhos...

Décadas após esse exercício de registo, já ordenado pároco, António Fontes encontra-se na génese do Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes. O objetivo era simples: mobilizar a comunidade local para a salvaguarda de uma prática ancestral em acelerada erosão que incluía, para além dos processos curativos, a seleção, recolha e tratamento de plantas medicinais. Por outro lado, na linha da sua ação progressista/provocadora, António Fontes pretendia colocar em diálogo dois mundos aparentemente antagónicos: o da medicina popular e o da medicina dita «científica». O impacto do «Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes» é imediato. A singularidade do evento aliada ao magnetismo natural da figura do Padre Fontes catapultaram o Congresso para a esfera mediática que hoje conhecemos. Desde a sua primeira edição, em 1983, médicos e endireitas, ervanários e antropólogos, bruxos, charlatões, enfermeiros e investigadores de vária ordem convivem num espaço onde as práticas medicinais associadas à etnobotânica são o foco principal do evento. A própria «Sexta 13 – Noite das Bruxas», realizada em Montalegre, tem o seu despertar nas atividades desenvolvidas no Congresso. Em 2022, o «Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes» conta com 36 edições, sempre com a presença do Padre Fontes, o padre-etnógrafo, o indiscutível fiel jardineiro da memória coletiva dos povos de Barroso.

**Pedro Araújo** é Licenciado em História – Ramo Património (Universidade Portucalense), Pós-graduado em Recursos Patrimoniais (FLUP) e Mestre em Museologia (FLUP). Desde 2004 desenvolve trabalho na área da museologia e da gestão cultural. Nos últimos 18 anos colaborou

em instituições e projetos como o Museu de Serralves, o Museu do F. C. Porto, «Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura», Museu da FEUP e o Ecomuseu de Barroso. Desde 2018 exerce funções de museólogo na Câmara Municipal de Montalegre. Dos vários trabalhos científicos publicados, destaque para o livro *Minas da Borralha: 1900-1951* e os artigos «A mina [ainda] trabalha» e «Minas da Borralha: pelos interstícios da memória», ambos publicados na revista «Ensaio e Práticas em Museologia», da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em 2020 foi convidado pelo Padre António Lourenço Fontes a prefaciar o seu mais recente livro, *Etnografia Transmontana – Património Luso-Galaico*, Vol. III. Desde 2019 é o coordenador científico do projeto de investigação promovido pelo Ecomuseu de Barroso, centrado no acervo documental e bibliográfico do Padre A. L. Fontes. Desenvolve grande parte do seu trabalho no Ecomuseu de Barroso – Casa do Capitão, onde é o responsável pela programação cultural e pela gestão de coleções.

### **«CELEBRAÇÕES DO 24 DE JUNHO NA DIÁSPORA MACAENSE EM PORTUGAL: UM RETRATO PATRIMONIAL»**

Entre os termos usados no estudo do movimento de pessoas, diáspora assume-se como sendo particularmente orientada para o passado. Diáspora tradicionalmente descreve grupos migrantes e seus descendentes forçados a dispersar-se e fixar-se em diferentes sociedades de acolhimento. Estes grupos dispersos, em contraste com outras comunidades migrantes, sustentam ligações entre si e com os seus vários sítios (ancestrais) de origem, usando património cultural como um dos pilares estruturais na construção e expressão da sua identidade enquanto diáspora. Esta apresentação procura retratar a forma como comunidades de diáspora usam património cultural não só para exprimir e (co)construir a sua relação com o seu passado migrante, mas também para redefinir a noção de diáspora. Este tema será explorado através do caso de estudo das celebrações do 24 de Junho macaense pela comunidade de Macau em Portugal. No 400º aniversário da derrota dos Holandeses em Macau, a 24 de Junho de 1622, e 23 anos após a transferência de Macau para a China, como continua o 24 de Junho – o antigo Dia de Macau – a assumir-se no imaginário macaense? Através de múltiplas entrevistas e de trabalho de campo etnográfico-patrimonial e antropológico, procura-se fazer um retrato da comunidade macaense e das suas associações de diáspora, dando-se assim visibilidade às múltiplas formas como o passado colonial e as suas imaterialidades são negociados e reinterpretados na terra de origem dos antepassados dos Macaenses, Portugal.

**Mariana Pereira** é estudante de Doutoramento no *Cambridge Heritage Research Centre*, Universidade de Cambridge, Reino Unido, investiga como comunidades em diáspora constroem e negociam a sua identidade através de património cultural em contextos pós-coloniais. A sua ênfase é no estudo de festividades culturais e línguas minoritárias, nomeadamente o creolo da sua comunidade macaense, a Lingu Maquista. Mariana é Mestre em Património Arqueológico e Museus (Universidade de Cambridge), em Estudos de Património Mundial (BTU Cottbus-Senftenberg, Alemanha) e em Arqueologia (Universidade do Porto). Mariana trabalhou na sua cidade natal, Macau, na inventariação, salvaguarda e interpretação de património cultural, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, China. Entre outros, é membro do ICOMOS Portugal e do grupo de Património Imaterial do ICOMOS (ICOMOS ICICH), assim como da *Association of Critical Heritage Studies*, contribuindo anualmente para o boletim informativo dedicado a Património Imaterial (Intangible Cultural Heritage Network).

#### **«A PRÁTICA SINEIRA EM PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA A SALVAGUARDA DE UM PATRIMÓNIO IMATERIAL EM RISCO»**

Em 1936, Alberto Vieira Braga publica “As vozes dos sinos na interpretação popular e a indústria sineira em Guimarães”, um trabalho etnográfico que reúne registos sobre a cultura e a tradição sineira nesse território. Sinos que tocam por si, que afugentam as trovoadas, que auxiliam o bom parto, que fazem os toques da Trindade, que honram os defuntos, que marcam as horas, que alertam para as intempéries, que animam as festas, entre outras funções, demonstravam, ainda naquele período, o impacto e a relevância de seus sons no quotidiano de algumas cidades e aldeias portuguesas. Essas “marcas sonoras” eram importantes para a realização de atividades socialmente compartilhadas e criavam, inclusivamente, vínculos identitários. Passados mais de 80 anos, uma série de fatores contribuíram para o quase total desaparecimento dessas práticas em grande parte do território português. Podemos ainda identificar um número bastante reduzido de sineiros, indivíduos detentores de um saber único e que têm através de várias gerações, apesar de inúmeras dificuldades, garantido a preservação, mas nem sempre a transmissão, desse saber. A exemplo de iniciativas realizadas no Brasil (2009) e em Espanha (2019), e a partir do «I Encontro Ibero-americano de Sineiros» (2021), realizado na cidade de Braga, o objetivo desta comunicação é apresentar contributos que possam garantir a urgente salvaguarda, em Portugal, dos saberes em torno da



cultura sineira, contemplando o conhecimento sobre os processos de fabricação dos instrumentos, a valorização do ofício de sineiro, e a preservação de um sofisticado e complexo sistema de toques manuais, património que tem resistido sobretudo no norte do país, apesar dos avanços tecnológicos e das mudanças nas práticas sociais.

**Rodrigo de Paula** é Doutor em Ciências Musicais – Musicologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa, Rodrigo Teodoro de Paula é também licenciado em Direção de Orquestra pela Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), mestre em Estudo das Práticas Musicais – Música e Sociedade, pela mesma universidade e mestre em Interpretação da Música Antiga pela Escola Superior de Música da Catalunha/ Universidade Autónoma de Barcelona. Tem-se dedicado ao estudo das Paisagens Sonoras Históricas e às ações de preservação e divulgação do património sineiro português. É membro da linha de investigação “Música no Período Moderno” e do Núcleo de História da Música Luso-brasileira – Caravelas (UNL), colaborador do Departamento de Música (área da musicologia), na Universidade do Minho (Braga) e Investigador doutorado do projeto Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora – PASEV (CESEM-Universidade de Évora).

### **«*RUA, ALTAR E FLORES* – O CULTO À SENHORA DA SAÚDE NO SUBIDOURO»**

O Subidouro (Maia) é um dos mais de trezentos lugares onde todos os anos se realiza um ritual festivo dedicado à Senhora da Saúde. Nesta comunicação procurar-se-á apresentar o processo de construção social, cultural e material deste lugar de culto que todos os anos magnetiza crentes e turistas. Esta apresentação alicerçar-se-á no trabalho de campo com observação participante desenvolvido no lugar do Subidouro, desde 2016 até 2018, visando privilegiadamente observar e descrever as práticas de culto, nomeadamente os processos de construções identitárias deste lugar. Também foram realizadas aproximadamente meia centena de entrevistas centradas, privilegiadamente, na pesquisa sobre a dinâmica performativa do ritual festivo da Senhora da Saúde, bem como na compreensão das motivações que levam anfitriões e visitantes a participar neste ritual social e religioso. Ainda que o ritual de culto da Senhora da Saúde no Subidouro se revista, evidentemente, de dimensões religiosas católicas, a dinâmica performativa do ritual festivo encerra em si outras dimensões, que se enquadram naquilo habitualmente se designa por *religiosidade popular*. Nesta comunicação

procurar-se-á sustentar que neste encontro entre *anfitriões* e *visitantes*: os primeiros recorrem a dinâmicas sociais para preservar a identidade cultural do lugar; e uns e outros participam numa experiência sensorial, emotiva e multifacetada.

**Pedro Pereira** é antropólogo e professor. Nasceu no Porto, é doutorado em Antropologia e Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, lecionando diversas unidades curriculares de âmbito antropológico em cursos de diferentes níveis e áreas. É Investigador Integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e os seus interesses de investigação têm-se situado, privilegiadamente, nos campos da *saúde*, da *religião* e do *património cultural*. Entre as diversas publicações de artigos e livros, destacam-se as obras: *Peregrinos – Um estudo antropológico das peregrinações a pé a Fátima* (2003), *Em busca da saúde – O culto da Senhora da Saúde numa perspetiva antropológica* (2021). No campo literário, salientam-se as publicações do livro de poesia, *Escrita de lume* (2019), e do livro de contos, *O outro lado da rua* (2021).

### **«O FRACASSO DO PLANO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DO APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DO BAIXO SABOR NA SALVAGUARDA DO PCI: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES»**

Ao longo da primeira metade da década passada foi implementado um ambicioso Plano de Salvaguarda do Património (PSP) durante as obras de construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (AHBS). O referido plano contou com a participação de várias centenas de profissionais formados nas mais diversas áreas, que identificaram mais de mil elementos patrimoniais diretamente afetados pelas obras da dita empreitada. O registo exaustivo destas materialidades contou com numerosas achegas efetuadas por arqueólogos, antropólogos, arquitetos, restauradores, topógrafos, desenhadores... No entanto, os estudos desenvolvidos no âmbito do PSP do AHBS focaram-se de maneira exclusiva numa perspetiva materialista e arqueológica, ignorando assim o enorme potencial explicativo das narrativas endógenas locais para compreender a peculiar mundivisão tradicional dos protagonistas da antropização do território alvo de estudo. A experiência profissional acumulada ao longo de vários anos em empreitadas semelhantes no Vale do Ocreza (AHA) e no Vale do Tua (AHFT) facilitou a possibilidade de reunir uma muito bem documentada e tripla base empírica que nos permite avaliar comparativamente as diferentes perspetivas teóricas na conceção do património cultural como objeto de estudo, as diversas

metodologias de trabalho, os heterogêneos modelos de registo e os resultados qualitativos e quantitativos obtidos no que diz respeito à salvaguarda do Património Cultural Imaterial por parte dos agentes técnicos e profissionais envolvidos.

**Lois Ladra**, natural da Galiza, licenciado em Antropologia Social e Cultural e licenciado em Geografia e História (variante Pré-história e Etnologia). É também mestre em Arqueologia pela Universidade do Porto. Participou e dirigiu numerosas escavações arqueológicas em Galiza, Espanha e Portugal. Autor de inúmeros artigos em revistas especializadas. Publicou sete monografias, entre as quais *Caneiros, pescos e pesqueiras* (2008), *Tecnologia tradicional do sumagre no Douro Superior* (2013), *Arqueologia da indústria moageira em Castelo Branco* (2018) e *Religiosidade popular e mitos fundacionais no Douro Transmontano* (2021). Trabalhou durante mais de sete anos no estudo dos impactos ambientais sobre o património cultural diretamente afetado pela construção das grandes barragens e recebeu numerosos prémios de investigação: Ferro Couselo, Vicente Risco, Cátedra, Fermín Bouza-Brei, Raigame, Pedra do Destino... Atualmente é responsável pelo Projeto CORGORAL de recolhas e estudo do Património Cultural Imaterial no município do Corgo.

### **CANTE ALENTEJANO**

O Cante Alentejano é um género de canto tradicional em duas partes, executado por grupos corais amadores no sul de Portugal e nas comunidades migrantes na Área Metropolitana de Lisboa. O repertório é constituído por melodias e poesia oral (modas), e é executado sem instrumentos musicais. Os grupos de Cante reúnem até trinta cantadores que se dividem em três papéis: o “ponto” inicia a moda, seguido pelo “alto”, duplica a melodia uma terceira ou uma décima acima, muitas vezes adicionando ornamentos. Todo o grupo coral se junta em seguida, cantando os versos restantes em terceiras paralelas. O alto é a voz orientadora, que se ouve acima do grupo em toda a música. Existe um vasto repertório de poesia tradicional, bem como versos contemporâneos. As letras exploram tanto os temas tradicionais como a vida rural, a natureza, o amor, a maternidade ou a religião, como as mudanças no contexto cultural e social. O *Cante* constitui um aspeto fundamental da vida social das comunidades alentejanas, permeando reuniões sociais em espaços públicos e privados. A transmissão entre os membros mais velhos e mais jovens ocorre principalmente nos ensaios dos grupos corais. Para os seus praticantes e apreciadores o

Cante encarna um forte sentido de identidade e de pertença. Reforça também o diálogo entre diferentes gerações, géneros e indivíduos de diferentes origens, contribuindo assim para a coesão social. (*In* UNESCO, 2014).

### **GRUPO DE CANTE ALENTEJANO, «PLANÍCIE CANTADA»**

Sediado em Benfica, este grupo coral alentejano congrega mais de 20 cantadores, oriundos predominantemente do Baixo Alentejo e residentes, na sua maioria, na grande Lisboa. Tem como missão a interpretação e divulgação do *Cante*, cultura e tradições alentejanas, em Portugal e no estrangeiro. Assim, Tradição, Experiência, Renovação – é o lema do grupo «Planície Cantada», onde os cantadores veteranos convivem com os mais recentemente chegados ao *cante* alentejano. Fundado em Janeiro de 2019, teve a sua primeira atuação pública em 25 de Abril do mesmo ano e rapidamente se afirmou como um digno representante e embaixador da cultura alentejana, sendo já considerado por muitos como uma referência a nível nacional. O Grupo apresenta-se normalmente com o «traje domingueiro» do início do séc. XX, podendo envolver o tradicional «capote alentejano» nas atuações de «Cante ao Menino», «Janeiras» e «Reis». Desde a sua formação participou já em várias dezenas de espetáculos, incluindo encontros e festivais de grupos corais (dentro e fora do Alentejo), em eventos públicos ou privados, como sucede em Lisboa, na Casa do Alentejo, ou em várias igrejas com o tradicional «Cante ao Menino», no Natal.

### **«SARDINHAS ASSADAS COM BATATAS FRITAS E FAVAS GUISADAS COM SALADA DE TOMATE: A TRADIÇÃO DETURPADAS»**

A presente intervenção resulta de trabalho de campo desenvolvido nos distritos de Beja, Évora, Setúbal, Lisboa e Coimbra. Pretende-se compreender de que forma, restaurantes que reivindicam servir pratos tradicionais, os modificam de forma a “encaixar” na procura turística, ou pelo menos, no modo como os proprietários percecionam os desejos dos clientes portugueses e estrangeiros.

Em termos metodológicos, recorreu-se à análise de ementas de restaurantes e à observação direta da apresentação dos pratos (ingredientes e combinações) bem como em depoimentos de testemunhas (ligadas a confrarias gastronómicas), devidamente documentados. A pesquisa é complementada com entrevistas semi-dirigidas, a empresários de restauração, turistas (nacionais e estrangeiros) e residentes e naturais dos

locais onde a observação decorreu e que testemunham as práticas alimentares ditas tradicionais. Partimos de alguns casos detetados, como sejam sardinhas assadas com batatas fritas (Lisboa), arroz doce à portuguesa, com chantilly (Setúbal), favas guisadas com salada de tomate (Coimbra),... e procuramos compreender de que forma a ausência do domínio de uma gramática de sabores por parte de muitos turistas estrangeiros permite que lhes seja vendida uma falsa noção de autenticidade e tradição da gastronomia portuguesa. Como resultado, a experiência cultural turística não permite o desejado conhecimento acerca da cultura do “outro”. Os turistas portugueses, normalmente estão mais despertos para os sabores expectáveis, combinações de alimentos e apresentação, sobretudo no caso de pratos que são extremamente conhecidos ou têm uma abrangência nacional. A deturpação destas práticas alimentares implica a do património cultural imaterial, não obstante a legislação para os proteger e salvaguardar.

**Ana Piedade** é doutorada em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É Professora Coordenadora no Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), no Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento. Coordena desde 2011 o Laboratório de Animação Territorial (Lab-At/IPBeja) e é investigadora integrada do CRIA. No IPBeja coordena um grupo de trabalho relativo à Dieta Mediterrânica e Património e tem várias publicações no âmbito da antropologia da alimentação, património, educação, cidadania, lúdico, corpo, interculturalidade e mediação. Representa o IPBeja na Rede Kastalia, na RESMI (Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural) e é membro do Conselho Nacional de Mediação. Integra e integrou a equipa vários projetos de investigação nacionais e internacionais.

### **«A IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DE TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL. O EXEMPLO DO CONCELHO ALENTEJANO DE REGUENGOS DE MONSARAZ»**

Preservar os textos da tradição oral é sinónimo de conservação de um legado que faz parte do património cultural imaterial. Em nosso entender, é necessário sensibilizar para a importância de um trabalho de recolha dos textos que circulavam (ou ainda circulam) oralmente, de geração em geração, e facultar as orientações essenciais para um trabalho de campo dotado de rigor científico. É nosso propósito abordar, em primeiro lugar, as características basilares do trabalho de campo, na ótica do investigador em literatura oral tradicional e com base na nossa

experiência realizada no concelho alentejano de Reguengos de Monsaraz. Seguidamente, desejamos apresentar uma amostra do nosso trabalho de recolha realizado, neste concelho, na última década, o qual congrega exemplares de vários subgéneros literários, entre os quais encontramos, por exemplo, provérbios, orações, benzeduras, cânticos rogativos, cantigas, lendas, contos. Esta exposição procurará não só evidenciar a diversidade e a riqueza do património do concelho em estudo, mas também apontar as estratégias e as ferramentas científicas usadas para conhecer o seu carácter tradicional, ou seja, para distinguir tradição de criatividade individual. Por último, propomos um momento de reflexão sobre a importância do trabalho de campo e sobre a necessidade de se estabelecer um trabalho colaborativo entre as unidades de investigação e as entidades locais, os museus, as associações e a própria comunidade intervencionada ou estudada, com vista à criação de estratégias de conservação a longo prazo, de divulgação e de «devolução» do trabalho do investigador à comunidade.

**Lina Mendonça** é Investigadora integrada do CLEPUL (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa), com doutoramento e mestrado na especialidade de Literatura Oral Tradicional (FLUL). Apresentou a dissertação de mestrado sobre o romance da tradição oral portuguesa «Perseguição de Búcar pelo Cid» e a dissertação de doutoramento sobre uma recolha de textos líricos da tradição oral, realizada no concelho de Reguengos de Monsaraz. Tem particular interesse no estudo, classificação, sistematização e divulgação de textos da tradição oral alentejana e nas festividades populares portuguesas.

### **«AS BOAS PRÁTICAS NA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (GALIZA-NORTE DE PORTUGAL). DUAS REGIÕES IRMÃS CONFIANTES NA CLASSIFICAÇÃO DA UNESCO»**

A inauguração de uma ponte física entre Salvaterra do Miño e Monção, unindo comunidades da Galiza e Norte de Portugal, inspirou, em 1995, a inauguração de uma outra ponte, cultural, imaterial, através de uma aventura radiofónica de um grupo de escolas de ambos os territórios que fez nascer a ONG «Ponte... nas Ondas!». Esta aventura depressa se transformou numa luta persistente junto dos governos de Portugal e de Espanha com vista ao reconhecimento e consagração de um Património Cultural Imaterial comum Galiza – Norte de Portugal, a apresentar como candidatura a Património Mundial na UNESCO. Muitas eram as frentes desse combate, muita incompreensão pelo meio, mas a equipa proponente nunca baixou os braços, prosseguindo um trabalho notável, com

bom suporte científico, na salvaguarda do património imaterial comum em suas múltiplas expressões. Finalmente, com prolíferos argumentos, conseguiu apresentar à UNESCO uma candidatura ao registo em 2022 de Boas Práticas de Salvaguarda do PCI.

**Alexandre Parafita** é natural de Sabrosa (Trás-os-Montes). Doutor em Cultura Portuguesa (na área do Património Cultural Imaterial) e mestre em Ciências da Comunicação (especialidade de Antropologia da Comunicação), é docente do ensino superior, investigador integrado do Centro de Estudos de Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador colaborador do CEPESE (Universidade do Porto) e do CLEPUL (Universidade de Lisboa), etnólogo, escritor e jornalista. Publicou mais de meia centena de livros, em domínios multidisciplinares, desde os estudos do património cultural, antropologia e etnografia, à ficção, poesia e literatura infantojuvenil. Integrou a equipa de investigação incumbida de realizar o Arquivo e Catálogo do Corpus Lendário Português, no âmbito da FCT, e coordenou as três primeiras fases do Plano de Inventariação do Património Cultural Imaterial do Douro, sob a responsabilidade do Museu do Douro. Grande parte da sua obra faz parte do Plano Nacional de Leitura (PNL), integra manuais escolares de vários níveis de ensino e é bibliografia fundamental em cursos universitários.

### «A IMPORTÂNCIA DAS TUNAS NA MÚSICA DE TRADIÇÃO ORAL»

O movimento musical das tunas que avassalou a Península Ibérica na segunda metade de séc. XIX e primeira do XX atingiu variadas camadas sociais e vastas áreas geográficas, desde a classe estudantil até às classes profissionais das vilas e cidades, sobretudo a dos comerciantes, passando pelas zonas rurais. Aqui, na ruralidade, o fenómeno alcançou níveis de loucura musical. Por todas as aldeias do país havia tunas, por vezes mais que uma em cada localidade, rivais umas das outras como é costume. Os instrumentos predominantes nas tunas rurais são os cordofones (violões, violinos, bandolins), integrando por vezes uma flauta lateral ou um clarinete. O repertório é constituído pelos ritmos europeus do séc. XIX (marchas, valsas, contradanças, polcas, mazurcas, chotiças, etc.), bem como temas populares em voga. A partir do meado do séc. XX as tunas rurais entraram em declínio e a grande maioria cessou atividade. Persistem alguns núcleos, como na Zona de Espinho e na Serra do Marão.

**José Alberto Sardinha** é licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Advogado. Investigador de música tradicional. Há cerca de cinquenta anos que se dedica a percorrer as aldeias de todo o país estudando e registando em gravação as mais genuínas tradições musicais do nosso povo. Detém hoje um vasto arquivo sonoro que abrange todo o país. Principais obras editadas: *Recolhas Musicais da Tradição Oral Portuguesa (antologia nacional)* – 1982; *Viola Campaniça, o outro Alentejo* (monografia em ed. discográfica) – 1986; *Modas Estremenhas* – 1989; *Idanha-a-Nova – Toques e Cantares da Vila* – 1995; *Portugal, Raízes Musicais* – 1997; *Tradições Musicais da Estremadura* – 2000; *Viola Campaniça – o outro Alentejo* (livro com 2 CDs) – 2001; *Braga na Tradição Musical – a Rusga de S. Vicente* – 2002; *Tunas do Marão* – 2005; *A Origem do Fado* – 2010; *Danças Populares do Corpus Christi de Penafiel* – 2012.

#### «TUNA DE ANSIÃES (SERRA DO MARÃO)»

A fundação da **Tuna de Ansiães**, do concelho de Amarante, ocorrida nos alvares do Séc. XX, insere-se no movimento de entusiasmo por este tipo de agrupamentos musicais que percorreu todo o país desde o último quartel do Séc. XIX. Nesses primórdios, chegou a ser dirigida pelo localmente célebre Orestes Miranda, maestro da Filarmónica de Amarante.

Essencialmente composta por instrumentos de cordas como é de regra (violinos, violões, violoncelo, bandolim e banjolim) atua habitualmente em casamentos, arruadas nas festas religiosas e civis, sobretudo no S. Gonçalo de Amarante, nas rondas das Reisadas e em concertos nos coretos. Antigamente também acompanhava serenatas, bem como as pequenas «comédias» ou teatros de aldeia e tocava nos leilões para as obras da igreja ou, em geral, para as festas religiosas.

#### «CALÇADA PORTUGUESA, PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL»

A produção de Calçada Portuguesa inicia-se como uma técnica específica em 1842, em Lisboa, onde se desenvolve e ganha expressão em quantidade e qualidade extraordinárias, expandindo-se por todo o país e por vários continentes, como um traço indiscutivelmente marcante de matriz não só lisboeta como nacional que se espalhou pelo mundo. É um tipo de pavimento artesanal, manufaturado, que se integra no conjunto dos *saberes e ofícios* tradicionais no âmbito, não apenas dos processos de transformação dos recursos líticos, mas



igualmente como uma manifestação artística, com a função de revestimento de piso, especialmente de áreas pedestres. O saber-fazer da Calçada Portuguesa passou a integrar, com carácter de salvaguarda urgente, em Julho de 2021, o Inventário Nacional do Património do Cultural Imaterial, com base na proposta apresentada pela «Associação da Calçada Portuguesa», assente numa investigação etnográfica complementada com a necessária contextualização histórica da Calçada Portuguesa. Esta comunicação centra-se nos desafios colocados ao trabalho de pesquisa etnográfica e histórica realizado, bem como ao processo de candidatura e aprovação desta manifestação cultural imaterial, pela DGPC.

**Marina Pignatelli** é professora associada do ISCSP-Universidade de Lisboa. É doutorada em Ciências Sociais na especialidade de Antropologia e Mestre em Ciências Antropológicas pela Universidade de Lisboa, ISCSP, onde leciona. Completou pós-graduações em Etnologia das Religiões, Estudos Sefarditas, Gestão Civil de Crises e Património Cultural Imaterial, além de vários cursos livres na área da religião. Tem diversas publicações, especialmente sobre a realidade judaica em Portugal, área que estuda desde 1991, tendo realizado pós-doutoramento sobre os judeus de Moçambique. É investigadora integrada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, coordenadora executiva do LEJ – Laboratório de Estudos Judaicos e membro da direção da Associação Portuguesa de Antropologia.

**António Miranda** (1960) é licenciado em História pela Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras e Especialização em Ciências Documentais pela mesma faculdade. Em 1991 iniciou a sua atividade como historiador na Câmara Municipal de Lisboa (CML), tendo desenvolvido trabalho de investigação em bairros históricos. De Maio de 2013 a Janeiro de 2015 foi diretor interino do Museu da Cidade. Em Fevereiro de 2015 assumiu a coordenação do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, cargo que, por razões pessoais, abdicou a 30 Junho de 2016, aquando da passagem daquele equipamento para a EGEAC. Integrou, em Maio 2017, o grupo de trabalho do projeto europeu R.O.C.K. Convidado a integrar, como historiador da CML destacado, a «Associação da Calçada Portuguesa», para onde transitou em Maio de 2019. Comissariou várias exposições de temática olisiponense e é autor de vários artigos e comunicações dentro da área do património, olisipografia e reabilitação urbana.

## «INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL. SERÁ A CULTURA SOLÚVEL NA BUROCRACIA?»

Que avaliação pode um utilizador de base fazer dos primeiros 12 anos de existência do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI)? Consequências de recursos humanos e materiais insuficientes, os profundos disfuncionamentos e a instabilidade num longo período inicial da plataforma «Matriz-PCI» parecem ter sido mitigados. Todavia, a consulta continua a ser excessivamente lenta e uma interatividade pouco intuitiva faz duvidar da sua usabilidade quando o inventário crescer. De facto, os problemas essenciais são estruturais. Mais do que de eventuais erros de *design*, as deficiências conceptuais da arquitetura da plataforma decorrem das características de um modelo de inventariação de funcionamento hipercentralizado que sobrecarrega o utilizador com exigências formalistas. Estas traduzem uma preocupação de garantia da equidade, transparência e estabilidade. Mas a experiência de 12 anos de INPCI mostra que o Estado não consegue respeitar as regras que se propôs a ele próprio, o que gera incompreensão e descontentamento no terreno. Sabe-se desde Max Weber que tendências inerentes a qualquer burocracia ameaçam torná-la na «noite polar de uma escuridão gélida»: a participação *grassroot* no inventário está muito longe do ideal proposto na definição oficial do património imaterial.

O mesmo pendor burocrático é sensível na rigidez do guião da ficha de inventário. Eficaz para a inventariação de património artístico ou monumental, uma racionalidade interna assente em categorias descritivas fixas é obviamente inadequada à fluidez de manifestações culturais com contornos sociais imprecisos e com significados em constante reelaboração, tornando a redação de certos itens num penoso preenchimento de caixas pré-definidas sem correspondência efetiva com a realidade estudada. E, por seu turno, embora ainda limitada em Portugal, a coleção de fichas resulta numa visão da «cultura» oscilando entre um retrocesso até às «etnografias com gavetas» de há um século e uma enumeração surrealista lançada na senda de uma inatingível exaustividade.

Num nível mais fundamental ainda, é a própria opção por um «inventário» que exige escrutínio. Tornou-se obrigatória com a ratificação por Portugal da Convenção de 2003. Mas esta não especifica que tipo de inventário deve ser implementado pelos países signatários. Perante os rumores de uma profunda insatisfação do secretariado da UNESCO acompanhando a convenção quanto aos resultados do programa, seria estimulante elaborar uma proposta alternativa: uma estrutura de tipo *wiki* submetida a um mínimo de intervenção e validação pelo Estado,

aberta, flexível, intrinsecamente participativa e constantemente evolutiva, disponibilizada a grupos realmente mobilizados pelas manifestações que querem ver reconhecidas. O seu funcionamento, porventura menos pesado e dispendioso, deveria sobretudo ser isento de qualquer possível ideia de «candidatura» e de competição.

É inegável que, insensível às críticas, a noção de «património cultural imaterial» tem alcançado um notável sucesso. No contexto de um constante reforço da instituição da cultura e da fetichização do «património», repensar os seus alicerces e as políticas públicas que deve – ou não – motivar seria uma preciosa oportunidade para minimizar os efeitos da sua abordagem dominante, norteadas quase em exclusivo pela recuperação identitária e pelo extrativismo económico.

**Jean-Yves Durand** estudou antropologia em França e nos Estados Unidos. Ensina na Universidade do Minho e é membro do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. A sua investigação centra-se numa ampla diversidade de saberes, de atividades e de comportamentos cujas dinâmicas contemporâneas levam a uma análise das relações entre políticas públicas e iniciativas individuais ou coletivas, da «propriedade» intelectual ou cultural e da relevância atual do «reconhecimento».

### **«FAZ-SE CAMINHO AO ANDAR» – O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA»**

A presente comunicação, tal como o próprio título sugere – “Faz-se Caminho ao Andar” – pretende dar a conhecer, em linhas gerais, o caminho percorrido e a percorrer no que concerne às problemáticas do Património Cultural Imaterial no Arquipélago da Madeira. O objetivo central é apresentar os trabalhos realizados ao longo dos tempos, pelas associações e agentes locais, bem como, a nível institucional, enquanto medidas de salvaguarda do património imaterial regional. Serão feitas, ainda, algumas considerações sobre as perspetivas de futuro neste arquipélago.

**Élia de Sousa**, natural da cidade do Funchal, ilha da Madeira. Licenciada em Antropologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e Pós-graduada em Património Cultural Imaterial pela Universidade Lusófona. Estagiou no Museu Nacional de Etnologia, participando em projetos de inventário e investigação. Trabalhou no Palácio Nacional de Queluz na área da Educação Patrimonial e da Animação Sociocultural e foi Mediadora Cultural para os Parques de Sintra – Monte

da Lua. Publicou livros em coautoria, entre eles, *Património Náutico-Piscatório de Montijo, História e Oralidade; Questões de Identidade Insular na Macaronésia e Viagens à volta da Mesa nas ilhas da Macaronésia; Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*. É Cofundadora da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e sócia colaboradora da Associação Musical e Cultural Xarabanda. Como consultora científica, na área do Património Cultural, tem destaque o projeto «TASTE Taste Azores Sustainable Tourism Experiences». Participou em vários projetos multidisciplinares, entre eles o «Centro Interpretativo da Presença Franciscana na Madeira», «Centro Interpretativo da Pesca e do Pescador de Câmara de Lobos» e no *website* «Património Cultural na Macaronésia – memória, tradição, religiosidade e turismo». É produtora e realizadora de documentários de cariz antropológico e etnográfico. Tem participado e organizado colóquios a nível nacional e internacional. Atualmente desempenha funções de Técnica Superior na Direção Regional da Cultura da Madeira, na área do Património Cultural Imaterial.

### **«A TRADIÇÃO DOS “CARETOS” UMA EXPRESSÃO CULTURAL IMATERIAL VIVA, RECONHECIDA PELA UNESCO COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE»**

A festa dos «Caretos de Podence» é uma manifestação cultural que decorre anualmente nos dias de Entrudo na aldeia transmontana de Podence. A sua história comunga das antigas festividades de inverno das sociedades agrárias pré-cristãs e o modo de a celebrar foi transmitida de geração em geração como um verdadeiro património cultural imaterial. O turismo surge paradoxalmente como um elemento conservador e transformador desta festa cuja importância há muito ecoa para lá de Trás-os-Montes. (LFC).

**Luís Filipe Costa** é Licenciado em Turismo pelo Instituto Politécnico de Coimbra, com um percurso pela Universidad Autónoma de Barcelona em regime de intercâmbio, e Mestre em Arte e Património pela Universidade de Coimbra. É o autor do livro *Caretos de Podence: História, Património e Turismo* e coordenador do Curso de Turismo, no Instituto Jean Piaget, de Macedo de Cavaleiros. É ainda artesão das máscaras e dos trajes dos «Caretos de Podence».

**António Carneiro** é o Presidente e fundador da «Associação Grupo de Caretos de Podence» constituída em 11 de abril de 2002, que tem em

vista a valorização etnográfica e a divulgação das tradições carnavalescas da freguesia de Podence, cuja ação tem contribuído para projetar o grupo de «caretos» por todo o país e pelo estrangeiro. Os «Caretos de Podence» são uma tradição ancestral da aldeia de Podence – Macedo de Cavaleiros, no nordeste de Portugal. É uma tradição que mistura elementos profanos, mágicos e religiosos, cujas origens remontam a tempos imemoriais. Os «caretos» são habitualmente homens mascarados que, durante o Carnaval, usam máscaras rudimentares, feitas de couro ou de lata e fatos coloridos feitos de lã cujas cores, vermelho, preto e amarelo contrastam com a escuridão do inverno. A sua presença é anunciada pelo som dos chocalhos que usam à cintura e ao ombro. Ajudados por um pau ou bengala, os «caretos» em grupo correm e saltam, perseguindo e agarrando as mulheres e raparigas a quem atingem na zona da cintura com os seus chocalhos – uma partida denominada «chocalhada». Os «Caretos de Podence» tornaram-se, hoje, um ícone da cultura tradicional de Portugal, com um mediatismo invulgar, sem que tal se deva à sua iniciativa ou a um seu propósito deliberado. A «Festa do Carnaval dos Caretos de Podence», no dia 12 de dezembro de 2019, foi proclamada pela UNESCO, Património Cultural Imaterial da Humanidade. (AC).

### **«AUTENTICIDADE E MULTICULTURALIDADE NOS PAULITEIROS DE MIRANDA. A VIAGEM DO *MIRANDUM*»**

A dança dos Pauliteiros enquadra-se na grande categoria das danças folclóricas, ancoradas num ritual e utilizando elementos simbólicos dotados de um significado muito particular. A sua origem continua a ser controversa, contudo, é indiscutível que o que existe atualmente é resultado de um permanente diálogo com as diferentes correntes culturais que influenciaram e contribuíram decisivamente para moldar a identidade cultural mirandesa. Incorporando essas influências, sobretudo provenientes de Espanha, tal como se constata pelas letras da maioria dos *lhaços*, os Pauliteiros de Miranda, a par com a *lhéngua*, são expressão de autenticidade e o *ex-líbris* da Terra de Miranda. Tradicionalmente ligados às festas religiosas e celebrações comunitárias, os grupos de Pauliteiros começaram, ainda no final do século XIX, a sair do planalto mirandês para se apresentarem em palcos nacionais e internacionais, em mostras folclóricas e noutros eventos, muito contribuindo para a promoção da cultura mirandesa.

Nesta comunicação, partindo da perspetiva histórica dos Pauliteiros de Miranda – as suas origens e as suas funções – propõe-se uma análise

do *lhaço* do Mirandum para indagar a sua génese, as suas conexões e a forma como ele se erigiu enquanto mito identitário da Terra da Miranda. Desde a França, de onde será originária, fixou-se na Terra de Miranda e, ao contrário de outros *lhaços* em que prevalece o castelhano, encontramos nele a língua mirandesa, com evidentes funções literárias e identitárias que vão para além dos objetivos mnemotécnicos e rítmicos que caracterizam as restantes letras.

**António Bárbolo Alves** nasceu em Picote (Miranda do Douro). É licenciado em Ensino de Português e Francês (Universidade do Minho), mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas pela mesma Universidade, Doutorado em Linguística pela Universidade de Toulouse – Le Mirail, e Pós-doutorado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD. Desde 1989 é professor do ensino secundário, Leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Nice – Sophia Antipolis (1997-2003) e investigador do Centro de Estudos em Letras da UTAD (desde 2007). É autor de várias publicações, livros e artigos, que se podem consultar no portal web da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: <https://www.cienciavtae.pt/portal/en/2615-3244-6FAA>. Integra as Comissões Científicas da *Revista Asturiana de Filologia* (Universidade de Oviedo, Espanha) e da *Revista Studii și cercetări filologice. Seria limbi romanice* (Universidade de Pítesti, Roménia). É sócio da Associação Portuguesa de Linguística, da AIDLCM (*Association Internationale pour la Défense des Langues et des Cultures Menacées*) e sócio correspondente da Academia de Letras de Lisboa.

**Alberto Fernandes** é natural de Miranda do Douro, concluiu a licenciatura em Professor de Ensino Básico, variante Educação Musical, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, tendo participado do programa *Erasmus*, na Vilnius Pedagoginis Universitetas, Lituânia. Em 2015, concluiu o mestrado em Gestão Artística e Cultural pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, tendo como dissertação *Património Cultural Mirandês: um contributo para uma abordagem político-económica*. Atualmente é doutorando em Estudos Culturais, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Braga, e investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da mesma universidade. Integrou o projeto FESTIVITY «Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado».

## PAULITEIROS DE MIRANDA

Fundado em 1998, o «Grupo de Pauliteiros de São Martinho», está sediado na Freguesia de São Martinho, Concelho de Miranda do Douro. É constituído por um grupo de pessoas (rapazes) que gostavam da cultura e tradições da freguesia, e nesse sentido, para as poderem continuar a promover e a divulgar em eventuais eventos, constituíram um grupo denominado «Pauliteiros de São Martinho». Neste grupo existem particularidades ao nível do traje que distinguem o «Grupo de Pauliteiros de São Martinho» dos demais grupos de Pauliteiros, pois continuam a dançar como sempre dançaram, de calça preta, jaleco, gravata e chapéu enfeitado. No entanto existe a possibilidade de dançarem de saía, mas só se assim for solicitado, pois a tradição do grupo é, e sempre foi, com o fato inicial.

Ao som do toque da gaita-de-foles, acompanhada pela caixa e bombo, este grupo executa um vasto conjunto de danças e bailados diferentes, acompanhados pelas letras, músicas, coreografias ou passes também eles diferentes, para assim poderem levar esta tradição mais longe, esta que nos é tão intrínseca e característica enquanto mocidade de São Martinho. Da qual ainda hoje a sua bandeira diz ser da «Mocidade de São Martinho».

«Hai bien moços – i que moços!  
An San Martino d’Angueira!  
Quando fâzen ua cousa,  
Nunca la déixan a meio,  
Siempre la fâzen anteira.

Hai bien moços – i que moços!  
An San Martino d’Angueira!  
Hai-los de meia polaina,  
I hai-los de polaina anteira.

Hai bien moços – i que moços!  
An San Martino d’Angueira!  
Agarrados al pendon,  
Nun son para brincadeira!

Hai bien moços, hai bien moços,  
Moços de fuorça i eideia.  
Hai-los dua canhiça  
I hai-los de canhiça i meia».

Manuel Preto, *in* Bersos Mirandeses





---

**COLIBRI – ARTES GRÁFICAS**

---

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park  
– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões  
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**  
[www.edi-colibri.pt](http://www.edi-colibri.pt) | [colibri@edi-colibri.pt](mailto:colibri@edi-colibri.pt)

---

## Organização:



APCI  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A SALVAGUARDA DO  
Património Cultural Imaterial

## Apoio:



## Colaboração:

